

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1.969, doravante designado SEMAE, representado pelo seu Presidente Artur Costa Santos, inscrito no CPF/MF sob n.º 686.215.668-34 e portador da cédula de identidade n.º W6191332 e a empresa

BBL NE LTDA., sediada na Avenida da Paz, n.º 1.388, Centro, Edifício Avenue Center – Sala 611, na cidade de Maceió, estado de Alagoas, CEP 57.020-440, telefones (82) 3033-7983 / (82) 3327-3632 / (82) 3346-0952, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.563.135/0001-16 e Inscrição Estadual sob n.º 241.05520-2, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr Luiz Carlos Tauber, brasileiro, casado, engenheiro agrimensor, sócio diretor, representante legal, residente e domiciliado na Rua Desportista Humberto Guimarães, n.º 790, Apto. 203, Ponta Verde, na cidade de Maceió, estado de Alagoas, CEP 57.035-030, inscrito no CPF/MF sob o n.º 016.042.678-28 e portador da cédula de identidade n.º 8.393.826-6 SSP/SP,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa n.º 04/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em razão de licitação realizada na modalidade Concorrência sob o n.º 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA (GEOFONAMENTO, REPARO DE REDES E TROCA DE RAMAIS)**, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, conforme edital, anexos, proposta e atas de julgamento que ficam, para todos os efeitos, fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações contidas no edital, termo de referência, seus anexos e demais disposições previstas neste contrato.

2.1.1. A CONTRATADA tomará conhecimento dos serviços através de A.S. – Autorizações de Serviço, conforme item 7 e 7.4 do termo de referência.

2.2. Os serviços somente terão início após a integração dos funcionários da Contratada, promovido pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho do SEMAE e emissão da Ordem de Serviço pelo SEMAE.

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses ou até o término dos quantitativos contratados (o que ocorrer primeiro) a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, acrescido dos prazos para recebimento provisório e definitivo do contrato, ambos a contar da data de conclusão dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor total do presente contrato constitui a importância estimada de R\$ 3.826.150,04 (três milhões, oitocentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta reais e quatro centavos).

4.2. As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 858/2024.

4.3. Os recursos orçamentários relativos ao objeto da presente licitação serão atendidos pela Natureza da Despesa 339039 e Programa de Trabalho 17512002324240000 do exercício de 2024.

4.3.1. Em exercícios futuros correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para o atendimento de despesa da mesma natureza.

4.4. No valor ajustado estão incluídos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relativas à execução deste contrato.

4.5. As atividades imprevisíveis julgadas indispensáveis para a perfeita execução dos serviços, apenas poderão ser executadas após terem seus preços unitários compostos pela CONTRATADA, com justificativa técnica e orçamento detalhado, aprovados pelo SEMAE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS MEDIÇÕES

5.1. As medições deverão ser realizadas de acordo com os critérios definidos no Termo de Referência, observados os seguintes procedimentos:

5.1.1. Até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços;

5.1.2. Os documentos e a respectiva medição serão analisados e se estiverem adequados, deverão ser aprovados pelo SEMAE no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.1.3. O SEMAE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação;

5.1.4. A devolução da medição não aprovada pela fiscalização, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

5.1.5. A reapresentação de medição total ou parcialmente devolvida deverá ser efetuada em até 02 (dois) dias úteis após a comunicação da devolução pelo SEMAE.

5.1.6. Após a conferência, o SEMAE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA o valor aprovado para emissão da correspondente fatura.

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

5.1.7. O valor do pagamento será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas aos serviços não aceitos e glosados por motivos imputáveis à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA– DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O faturamento deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação dos serviços para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei n.º 8.212/91 e alterações posteriores.

6.2. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao SEMAE em data posterior à indicada no item anterior desta cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

6.3. O faturamento deve estar acompanhado dos documentos abaixo, correspondentes ao mês de execução do contrato:

6.3.1. da medição aprovada pelo SEMAE;

6.3.2. da folha de pagamento dos funcionários que estiverem trabalhando durante a execução dos serviços;

6.3.3. da Guia de recolhimento das verbas previdenciárias do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente quitada;

6.3.4. da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, devidamente quitadas;

6.3.5. dos comprovantes de pagamento de salários e todos os benefícios garantidos pela legislação e sindicato da categoria como fornecimento de vale alimentação, vale transporte, cesta básica, gratificação natalina e férias, nos quais deverão constar, no mínimo nome, data da entrega, quantidades e valores e o mês de competência, todos firmados pelos funcionários atestando o recebimento dos mesmos;

6.3.5.1. Poderá ser exigida apresentação de documentação correlata aos documentos elencados na cláusula supra.

6.4. O faturamento deverá ser feito mensalmente, conforme medição e cronograma físico-financeiro, através de **documento fiscal eletrônico** da empresa que participou da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação, observadas as demais disposições deste contrato, que deverá conter:

6.4.1. A modalidade e o número da licitação;

6.4.2. O número do contrato;

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

6.4.3. O banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

6.5. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

6.6. Os pagamentos serão realizados:

6.6.1. após o aceite da fiscalização do contrato; e

6.6.2. após o recebimento de relatório mensal/final e a realização da medição;

6.6.3. desde que todas as exigências técnicas e demais estipuladas no edital e neste contrato sejam obedecidas;

6.6.4. desde que mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93;

6.6.5. na primeira sexta feira após o 5º (quinto) dia útil da liberação da nota fiscal, pelo gestor do contrato, por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

6.7. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

6.8. O SEMAE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o imposto for devido, de acordo com a legislação vigente do Município de Piracicaba.

6.9. O SEMAE promoverá a retenção da Seguridade Social, de acordo com a legislação vigente.

6.10. Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

6.10.1. Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

6.11. Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste instrumento.

6.12. Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, serão de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

6.13. Sendo o prazo final para recolhimento dos tributos posterior ao prazo para apresentação do faturamento, o comprovante de quitação apresentado deverá ser o do mês de execução imediatamente anterior ao correspondente ao do faturamento.

6.14. É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do presente contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o

CONTRATO N.º 100060/2024**CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023**

SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

7.1. Os preços praticados no contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

7.2. Ultrapassado o período de 12 (doze) meses da assinatura do contrato, será aplicado reajuste de preços calculado com base na variação acumulada do IPCA-E, abrangendo o período compreendido entre a data da proposta e a correspondente ao do implemento da anualidade, passando os valores corrigidos a vigorarem a partir do 13º (décimo terceiro) mês.

7.3. Os reajustes concedidos, a partir da segunda anualidade, deverão ser calculados com base na variação acumulada do IPCA-E compreendendo os últimos doze meses contados da última concessão.

7.4. Para efeitos do disposto nesta cláusula, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste a ser calculado pela Comissão para Análise de Reajuste e Verificação do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos firmados pelo SEMAE.

CLÁUSULA OITAVA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Na hipótese de alterações econômicas fundamentais prevalecentes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

8.2. A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, n.º 2.200, em Piracicaba/SP., de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 16 horas.

8.3. A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

8.4. Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

8.5. A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CONTRATO N.º 100060/2024**CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023**

8.6. O SEMAE terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, **a CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

8.7. Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

CLÁUSULA NONA - DA ASSOCIAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem a execução deste contrato.

9.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para a realização do serviço, objeto deste contrato, exceto aqueles permitidos no Termo de Referência.

9.3. Eventual subcontratação somente poderá ocorrer com autorização expressa do SEMAE e não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

9.4. A CONTRATADA deverá informar, expressa e previamente, ao SEMAE a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que esta tenha sido aprovada pelo SEMAE.

9.5. A CONTRATADA deverá diligenciar para a escolha de subcontratada que viabilize o cumprimento das exigências estipuladas neste contrato, devendo substituir aquela que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique o cumprimento do objeto contratual.

9.6. A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

9.7. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMAE para a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar ao SEMAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o SEMAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

10.2. A CONTRATADA deverá:

10.2.1. responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto do contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente e de acordo com as especificações contidas no edital;

10.2.2. se responsabilizar por erros e omissões de elaboração dos serviços, quando esse provocar danos na execução;

10.2.3. executar atividades eventualmente não previstas, julgadas indispensáveis para a perfeita execução do contrato, os quais deverão ter seus preços unitários compostos pela CONTRATADA e aprovados pelo SEMAE;

10.2.4. permitir aos encarregados do SEMAE pela fiscalização, livre acesso em qualquer época, às informações relativas aos serviços a serem executados e às instalações do objeto do contrato;

10.2.5. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando-os de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

10.2.6. comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo SEMAE, no prazo máximo de 08 (oito) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o objeto contratado;

10.2.7. manter uma base própria/canteiro de obras localizado em Piracicaba, conforme item 7.2 do termo de referência;

10.2.7.1. manter local para acomodar os diversos tipos de materiais, ferramentas, equipamentos, veículos e outros necessários para o bom andamento dos serviços;

10.2.8. dispor de pessoal técnico e administrativo necessário à execução dos serviços com direta responsabilidade por todos encargos sociais, direitos trabalhistas, seguros e demais direitos legais;

10.2.9. manter 01 (um) engenheiro civil como responsável técnico pela execução do contrato, com a missão de garantir o bom andamento do mesmo, o qual terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

10.2.10. *manter, permanentemente, no mínimo, 02 (duas) equipes conforme item 7.1 do Termo de Referência, com mão de obra qualificada e todos os materiais, máquinas, veículos, ferramentas e equipamentos listados no termo de referência, para a realização de todos os tipos de reparos;*

10.2.11. nomear encarregado responsável pelos serviços, que deverá permanecer no local do trabalho para fiscalizar e ministrar as orientações necessárias aos executantes dos serviços;

10.2.11.1. manter em cada equipe de trabalho 01 (um) encarregado, como responsável pela coleta das ordens de serviço e materiais necessários para cada obra;

CONTRATO N.º 100060/2024**CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023**

10.2.11.2.o encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável técnico;

10.2.11.3.o encarregado terá competência para receber as informações da CONTRATANTE e repassá-las a quem é de direito;

10.2.11.4.cada encarregado deverá ser equipado com telefone celular, com chip local, para facilitar o contato com a Fiscalização do SMAE.

10.2.12.comunicar ao SMAE todo afastamento, substituição ou inclusão de qualquer membro da equipe que esteja executando os serviços, em especial ao responsável técnico detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT) apresentada na licitação;

10.2.12.1.no caso de substituição ou inclusão de profissionais da equipe técnica, a CONTRATADA deverá informar antecipadamente ao gestor do contrato, ficando a critério do SMAE aceitá-los ou não, podendo somente ocorrer a substituição por profissional de capacidade equivalente ou superior ao do substituído, no prazo de 48 horas;

10.2.12.2.*Para fins de cumprimento do Termo de Referência, nos termos da Súmula n.º 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o vínculo profissional pode ser comprovado mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.*

10.2.13.empregar, na execução do ajuste e nas atividades dele decorrentes, pessoal idôneo e habilitado;

10.2.14.responder por toda e qualquer reclamação ou indenização trabalhista ou qualquer outro tipo de ação de seus empregados relativa aos serviços prestados;

10.2.15.responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do contrato;

10.2.16.assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

10.2.17.manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários à execução dos serviços, fornecendo-os gratuitamente aos trabalhadores;

10.2.18.registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

10.2.19.manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado, considerado com conduta inconveniente pela Administração;

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

10.2.20. responsabilizar-se por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiros e à Administração, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do SEMAE;

10.2.21. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

10.2.22. responsabilizar-se, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato, respondendo por seus empregados, nos termos da lei, por todos os danos e prejuízos que venham diretamente ou indiretamente provocar ou causar ao SEMAE ou a terceiros;

10.2.23. fornecer aos seus empregados, de acordo com a legislação trabalhista e norma coletiva da categoria, vale transporte e qualquer outro benefício nelas previstos;

10.2.24. executar os serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

10.2.25. cumprir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.2.26. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas relativas à segurança e medicina do trabalho;

10.2.27. manter em dia durante a vigência do contrato, independente de solicitação do SEMAE, os documentos da CONTRATADA exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;

10.2.28. apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do presente contrato a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, na qual deverá constar a referência expressa ao número do contrato, seu objeto, o número do processo com todos os seus campos integralmente preenchidos.

10.2.29. apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do presente contrato, os documentos previstos nos itens 1.2. e 1.3. do Memorial de Segurança;

10.2.30. apresentar, para início da obra, cópia do documento enviado a Delegacia Regional do Trabalho conforme item 2.1 do Memorial de Segurança;

10.2.31. responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de carga, transporte, descarga e demais custos diretos e indiretos relacionados com o cumprimento da obrigação;

10.2.32. cumprir as demais obrigações constantes no edital, anexos, proposta e atas de julgamento, que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

10.3. Cuidar para que não haja:

10.3.1. uso de bebida alcoólica ou qualquer outro tipo de droga, por funcionários da CONTRATADA, durante a execução dos serviços;

10.3.2. atraso injustificado no início da execução dos serviços;

10.3.3. funcionários sem o devido uniforme e/ou crachá de identificação;

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

10.3.4. funcionários que não tenham passado pelo treinamento e integração promovido pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

10.3.5. permanência no local dos serviços, de funcionários demissionários da CONTRATADA em cumprimento de aviso prévio, com exceção dos últimos 30 (trinta) dias para encerramento do contrato.

10.4. entregar, quando solicitado pelo SEMAE, entre outros:

10.4.1. extrato da conta do INSS e FGTS de qualquer empregado;

10.4.2. cópia de depósitos bancários;

10.4.3. comprovantes de realização de eventuais treinamentos e reciclagens que forem exigidos por lei ou contrato.

10.5. comunicar o SEMAE, em até 30 dias da extinção do contrato, se os funcionários alocados na execução do contrato irão permanecer no quadro de pessoal da CONTRATADA. No caso da demissão, a CONTRATADA deverá apresentar, como condição para o pagamento da última medição:

10.5.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados, devidamente homologados quando exigível pelo sindicato da categoria;

10.5.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS referente às rescisões contratuais;

10.5.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

10.5.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

10.6. Todos os documentos exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

11.1. A CONTRATADA obriga-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção.

11.2. A CONTRATADA declara e garante que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, quais sejam:

11.2.1. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

11.2.2. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos previstos em lei;

11.2.3. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

11.2.4. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

11.3. No tocante a licitações e contratos, a CONTRATADA, não irá:

11.3.1. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

11.3.2. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

11.3.3. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11.3.4. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação ou celebrar o contrato;

11.3.5. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou respectivos instrumentos contratuais;

11.3.6. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

11.4. A CONTRATADA declara, ainda, que não está envolvida e nem irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE

12.1. A CONTRATADA se obriga, por si, seus colaboradores e quaisquer outros que tenham acesso a informações vinculadas ao presente, a manter o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação dos serviços.

12.2. O termo “informação” abrange toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível, inclusive através de mídias digitais, especialmente relativas a informações administrativas, operacionais e técnicas, especificações e quaisquer outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, relativas ao objeto do presente.

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

12.3. Os materiais, documentos e informações obtidos pela CONTRATADA apenas serão utilizados com o único propósito de prestação de serviço.

12.4. Ao término dos serviços, a CONTRATADA se compromete a devolver ao emissor todos e quaisquer documentos, dados e materiais a que tenha tido acesso.

12.5. A infração de quaisquer disposições desta cláusula, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não de qualquer informação confidencial, material, documentos e informações do SEMAE ao mercado e/ou a outras pessoas físicas e jurídicas, dará ensejo à indenizações por perdas e danos que porventura o SEMAE e/ou seus administradores venham a sofrer em decorrência de tal falta, recaindo essas responsabilidades, exclusivamente, sobre os signatários deste compromisso, os quais serão apurados em juízo, na forma do art. 402 e seguintes do Código Civil.

12.6. A CONTRATADA se declara em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados) e aderente aos seus princípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO SEMAE

13.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, o SEMAE obrigará-se, através da fiscalização:

13.1.1. expedir a ordem de serviço;

13.1.2. fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

13.1.3. efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

13.1.4. exercer a gestão e fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

13.1.5. em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, oficiar a Receita Federal do Brasil (RFB);

13.1.6. em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, oficiar o Ministério do Trabalho;

13.1.7. autorizar o livre acesso aos funcionários da empresa que estiverem identificados por uniformes;

13.1.8. examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

13.1.9. ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

13.1.10. a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a apresentação de documentos que comprovem a regularidade dos procedimentos trabalhistas adotados, em especial:

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

13.1.10.1. cópias do contrato de trabalho e do Regulamento Interno da empresa, se houver, bem como do Acordo ou da Convenção Coletiva de Trabalho, ou ainda, do acórdão normativo proferido pela Justiça do Trabalho, se for o caso, relativos à categoria profissional a que pertence o trabalhador, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;

13.1.10.2. comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;

13.1.10.3. recibo de concessão do aviso de férias (30 dias antes do respectivo gozo);

13.1.10.4. comprovantes de opção e fornecimento do vale-transporte, quando for o caso;

13.1.10.5. comprovantes de recolhimento de Contribuição Sindical e outras devidas aos sindicatos, se for o caso, na época própria;

13.1.10.6. comprovante de entrega da RAIS e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;

13.1.10.7. documento que ateste o recebimento de equipamentos de proteção individual ou coletiva, se o serviço assim o exigir;

13.1.10.8. comprovantes que atestem o correto depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em conta vinculada aberta para este fim;

13.1.10.9. outros que a norma coletiva da categoria, o regulamento interno da empresa ou o próprio contrato de trabalho exigirem o cumprimento.

13.1.11. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES

14.1. Ficam credenciados pelo SEMAE para gestão do contrato a servidora **Dalva Bueno de Camargo Odorosi**, e-mail dcamargo@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3403-9694, e para fiscalização do contrato os servidores **Ermanno Alto de Souza Junior**, e-mail esouza@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3403-9683, e **Alexandre Corrêa**, e-mail acorrea@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3403-9611 – Ramal 9730.

14.2. Caberá ao gestor e fiscal designados o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67, da Lei n.º 8666/93.

14.3. Fica credenciado o Sr. **Luiz Carlos Tauber**, registrado no CREA-SP sob n.º 0601201309, portador do R.G. sob n.º 8.393.826-6 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob n.º 016.042.678-28, e-mail bbl.tauber@uol.com.br, telefones (82) 99961-4270 / (11) 3672-4141, Sr. **Walter Gasi**, registrado no CREA-SP sob n.º 0600488168, portador do R.G. sob n.º 3.893.189-9 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob n.º 000.589.898-62, e-mail wgasi@uol.com.br, telefone (11) 98313-1277, e Sra. **Rosane Martins Gasi**, registrada no CREA-SP sob n.º 0601733138, portadora do R.G. sob n.º 016.838.475 SSP/SP e

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

inscrita no CNPJ/MF sob n.º 070.066.208-13, e-mail rosane_martins@terra.com.br, telefone (11) 98611-9811, como representantes da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, os quais responderão ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

14.4. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão registradas e entregues por correspondência via e-mail ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.

14.5. Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

15.1. O objeto da licitação deverá ser recebido:

15.1.1. provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, após constatação pelo SEMAE, de que foram cumpridas as obrigações decorrentes da contratação com relação ao mês de execução do contrato, caracterizado pela assinatura do termo de recebimento; e

15.1.2. definitivamente, em até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após a verificação de que a qualidade dos serviços realizados e conformidade do objeto estão perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

15.2. O objeto do contrato somente será recebido se estiver perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

15.3. Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o SEMAE, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte determinando sua correção, devendo, a CONTRATADA, fazê-la em conformidade com a indicação da fiscalização, dentro do prazo determinado na notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual.

15.4. O objeto que não atender as especificações será rejeitado pelos técnicos do SEMAE, devendo ser corrigido no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, livres das causas de sua rejeição.

15.5. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, solidez, correção, sigilo de informações e segurança dos serviços executados subsistirá, na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A CONTRATADA oferece, a título de garantia e conforme art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, a importância de R\$ 191.307,50 (cento e noventa e um mil, trezentos e sete reais e cinquenta

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato pelo período de 12 (doze) meses, bem como a importância de R\$ 54.250,23 (cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e três centavos), referente a garantia adicional de acordo com o § 2º do Art. 48 do mesmo diploma legal, perfazendo o valor total de R\$ 245.558,03 (duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e três centavos) sob a forma de Apólice n.º 0306920249907751156716000, emitida pela POTTENCIAL SEGURADORA S/A, com início da vigência em 19/04/2024 e validade até 19/07/2025.

16.2. A garantia prestada será liberada ou restituída após o recebimento definitivo do objeto ou pela rescisão do contrato, se esta ocorrer por culpa do SEMAE, depois de verificada a inexistência de quaisquer débitos com a Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo IPCA-E.

16.3. O valor da garantia deverá permanecer integral até o término da vigência do contrato.

16.4. Sempre que houver alteração no valor contratual, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, de forma que esta corresponda sempre ao mesmo percentual estabelecido no edital.

16.5. Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, a CONTRATADA deverá providenciar sua complementação em 10 (dez) dias úteis contados da notificação do SEMAE.

16.6. A não apresentação da cobertura da garantia, a não prorrogação da sua validade ou a ocorrência de qualquer outro motivo que importe em descobertura contratual, importará na aplicação das penalidades previstas para inexecução total do contrato.

16.7. O SEMAE reserva-se no direito de descontar da garantia, toda importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA.

16.8. O valor da garantia se reverterá em favor do SEMAE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

17.1. O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

17.2. Será aplicada multa de:

17.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar o contrato;

17.2.2. 1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em assinar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

17.2.3. 20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

17.2.4. 10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;

17.2.5. 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso na execução dos serviços e por ocorrência, sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, até o limite de 10% (dez por cento);

17.2.5.1. na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução total do contrato.

17.2.6. 1% (um por cento) sobre a fatura do mês correspondente, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;

17.2.6.1. a não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da primeira suspensão do pagamento, ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.2.7. até 1% (um por cento) sobre o valor da fatura do mês correspondente a cada item descumprido do Memorial de Segurança, conforme avaliação do gestor do contrato;

17.2.8. até 1% (um por cento) aplicada sobre o valor da fatura correspondente ao mês do inadimplemento, por dia de atraso na entrega de qualquer documento exigido neste contrato, com exceção daqueles estabelecidos com penalidades específicas, conforme avaliação do gestor do contrato;

17.2.9. até 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste, na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item, conforme avaliação do gestor do contrato;

17.3. As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

17.4. O pagamento das multas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

17.5. O valor da multa será descontado da garantia, quando apresentada em espécie ou dos eventuais créditos devidos pela Administração e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

17.6. O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

CONTRATO N.º 100060/2024**CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023**

17.7. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

17.8. Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será corrigido utilizando-se o INPC/IBGE, considerando-se a data do vencimento da prestação até a data do efetivo pagamento, bem como, juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

17.9. No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no Art. 87, inc. IV da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

17.10. Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

17.11. A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

17.12. Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

17.13. O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

17.14. A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A rescisão contratual poderá ser:

18.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incs. I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

18.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

18.2. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com a culminação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CONTRATO N.º 100060/2024

CONCORRÊNCIA N.º 001/2024 - PROCESSO N.º 1723/2023

19.2. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inc. XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

19.3. As partes estão vinculadas expressamente aos termos do edital, bem como à proposta vencedora, conforme estabelece Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

19.4. E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Piracicaba, 29 de abril de 2024.

Artur Costa Santos
Presidente do SEMAE

Luiz Carlos Tauber
CONTRATADA